Espaço em Revista
ISNN:1519-7816 v. 17, n. 1, jan/jun 2015. p. 72-84

INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO EM GOIÁS

Valdivino Borges de Lima[1]
vallima13@hotmail.com

Resumo: Este artigo reúne algumas questões referentes à industrialização em Goiás. Integra nossos estudos sobre a territorialização do capital via indústria em regiões periféricas do sistema capitalista internacional com forte intervenção do Estado. Entendemos que a indústria é por si só um fator por excelência para a produção espacial. Como atividade humana é produtora e consumidora de espaço. A metodologia utilizada foi a princípio o levantamento bibliográfico sobre o tema em geral e especificamente em Goiás pós 1970 onde detectamos a falta destes estudos. A proposta central do trabalho é o estudo do tripé Estado/indústria/produção espacial e suas interrelações visando contribuir para a compreensão da ocupação do território goiano e suas atividades mitigadoras.
Palavras-chave: Indústria. Estado. Território. Espaço.

INDUSTRY AND DEVELOPMENT IN GOIÁS

Abstract: This article presents some issues related to industrialization in Goiás. It integrates our studies on the territorial capital via industry in peripheral regions of the international capitalist system with strong State intervention. We understand that the industry is itself a factor of excellence for space production. As human activity is a producer and consumer of space. The methodology used was at first the literature on the subject in general and specifically in Goiás after 1970 where we detected the lack of these studies. The central purpose of this study is the study of the tripod State / industry / spacial production and their interrelationships in order to contribute to the understanding of the occupation of Goiás and their mitigation activities.
Keywords: Industry. State. Territory. Space.

1 Introdução

A indústria, ícone do capitalismo moderno, é responsável por transformações desde meados do século XVIII na Inglaterra. Para muitos é assunto de economistas, administradores, historiadores, políticos. A temática se enquadra nos estudos geográficos. Isso porque podemos considerar a produção espacial o objeto central da Ciência Geográfica.

Nenhum tema é geográfico em si mesmo se não lhe for dado este caráter. O tema é único, portanto passível de análise por qualquer seguimento científico. O que o singulariza é o objetivo a ser alcançado. Neste sentido a Geografia enquanto ciência social tem argumentos de análise da indústria para além do fator de produção. Esta é percebida enquanto agente desencadeador de transformações socioespaciais importantes.

A geografia tem no espaço seu objeto de estudo. Tem como objetivo o conhecimento da natureza para nela melhor intervir. O movimento histórico da sociedade na sua formação historicossocial (MOREIRA, 1982). O que nos remeterá à compreensão do espaço como produto social. O trabalho humano com agente das transformações e não apenas um fenômeno

[1] Professor Assistente IV no Curso de Geografia na Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão. Doutor em Geografia na Universidade Federal de Goiás – Instituto de Estudos Socioambientais – IESA/UFG.

natural. A ação humana marcada por intencionalidades. Corrêa (2001, p. 26) analisando o conceito de espaço dado por Lefébvre (1976) afirma que "O espaço é concebido como *lócus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade", o que denota o paradigma de analise fundado no materialismo histórico dialético preconizado por Marx.

A Geografia é um saber dentro das ciências ou um saber dentro dos saberes. Através do diálogo entre estes saberes elabora-se o que chamamos de conhecimento geográfico. Entretanto, é forçoso que façamos o devido recorte teórico, temporal e espacial atentando para a coesão. O enfoque torna-se limitado ou unilateral quando usado apenas um ou alguns princípios científicos, perdendo a noção de totalidade. Esta sim, a pretensão da Ciência Geográfica, ou seja, compreender o fenômeno em sua dimensão plena.

Por essa lógica, elegemos a indústria nosso recorte. O estado de Goiás a espacialização desse objeto. Os anos de 1970 a 2010 a temporalidade. Teoricamente entendemos que a indústria é por si só um fator por excelência para a produção espacial. Sendo esta as relações sociais de produção historicamente estabelecidas. A indústria é uma atividade humana, portanto produtora e consumidora de espaço. O que nos leva a concordar com Santos (1996, p. 18) de que, "A história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a- espacial. O espaço em si mesmo é social".

O espaço percebido a partir desta premissa figura como resultante da intervenção humana na busca por soluções de seus interesses e necessidades. Torna-se imperativo entender o processo como um todo e não apenas parcialmente. A Geografia desponta assim, como uma ciência propositiva que busca transformações sociais. O mundo é organizado espacialmente. Cabe ao geógrafo vê-lo a partir das relações sociais. Interpretar este espaço fornecendo subsídios para o planejamento e gestão. Descobrir as espacialidades. Corrobora para esse entendimento a fala de Rodrigues (1983, p. 14):

> Se o espaço resulta da intervenção do homem e dos que nele se acham em conflito, fica evidente que a função do geógrafo deve ultrapassar o nível de constatação e descrição destes fenômenos. Faz-se necessário mostrar que o espaço não é apenas um lugar que está sendo transformado, mas é o lugar incorporado na forma e no processo de ocupação, apossado como objeto e transformado segundo as necessidades e exigências pelo modo de produção hegemônico. (RODRIGUES, 1983, p. 14).

O espaço geográfico é, portanto, o objeto central da Geografia. Para melhor compreendê-lo utilizamos as categorias gerais. Estas atribuem identidade a cada ciência, são específicas. Conferem as diferenciações. Segundo Corrêa (2001, p. 16)

> Como ciência social a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território. (CORRÊA, 2001, p. 16).

A questão que se coloca é se há existência de uma hierarquia entre elas. Qual dessas categorias deve ser a primeira a ser analisada? Seria essa uma questão menor? Depende fundamentalmente das dimensões de leitura do espaço. Entretanto, algo é inconteste, interpretar o espaço perpassa pela utilização das categorias geográficas.

Território é uma das categorias utilizadas neste texto. Discutir a territorialização capitalista no estado de Goiás através da indústria e suas implicações socioespaciais, o objetivo central. A observância do tripé Estado/indústria/produção espacial, nossa opção metodológica. Assim, o institucional, o econômico e o social foram aqui considerados como instâncias espaciais (Moreira, 1982). Tais instâncias encontram-se inseridas no mesmo processo. Contribuem com a discussão sobre a ocupação do território goiano pelo viés da indústria e suas múltiplas relações. A indústria, por esse prisma, tornou-se o paradigma da economia contemporânea.

Paradigma industrial pode ser concebido como o modelo econômico adotado por governos de várias partes do mundo. Principalmente no pós - Segunda Guerra Mundial como sinônimo de desenvolvimento e progresso. Na verdade este discurso torna - se puramente ideológico. O capitalismo internacional omite que a indústria não é apenas um fator de produção importante. Que é, ao mesmo tempo, fator de aprofundamento dos conflitos sociais.

Esta é a contradição latente entre a essência e a aparência. O discurso desenvolvimentista se estabelece. A dicotomia se faz presente. Ao produzir riqueza, a indústria expropria. Através do aprofundamento das relações de exploração e dominação as disparidades sociais se evidenciam (SANTOS, 1999).

Não se pretende fazer aqui a satanização do sistema capitalista, seria ingenuidade. Entretanto, não podemos nos furtar a chamar a atenção para a perversidade do mesmo e a complexidade do problema da análise espacial. Esta requer não apenas a descrição dos fatos, mas a interrelação entre os mesmos nas suas dimensões geral, específica e particular.

O que deve ser esclarecido é este discurso paradigmático imposto não como realização, mas como possibilidades. Transformando não apenas a realidade socioeconômica e espacial, mas a forma ideológica de pensar o fato. A dificuldade em analisar temas complexos como a produção espacial está ligada a fatores específicos. Faz-se mister a escolha de um método e

uma metodologia clara e objetiva. Evitando assim o risco de equívocos nos resultados. A simplicidade e o reducionismo do discurso oficial.

A indústria é por excelência, um fator importante na produção do espaço. Configura-se instância econômica. A mesma requer um razoável contingente de mão de obra. Desde a fase de implantação e montagem da unidade à linha de produção, funciona como atrativo populacional na busca por empregos. Como a modernização tecnológica, muitas vezes financiada pelo Estado, é poupadora de mão de obra sempre haverá excedente.

Surgirá assim a forma moderna do exército industrial de reserva preconizado por Marx. Um exército qualificado à espera de vagas. Este excedente interferirá sobremaneira nas futuras negociações trabalhistas. Flexibilizará as leis trabalhistas. Precarizará cada vez mais o trabalho, pois está em jogo a questão da sobrevivência do trabalhador.

O processo de urbanização não pensado e discutido por seus atores principais tem gerado tensões sociais e problemas ambientais de difícil solução. Esta nova dinâmica das cidades e regiões industriais merece uma melhor avaliação por parte da geografia e geógrafos. Caracteriza-se assim a instância ideológica. Deve ser considerada a existência de outros atores neste processo. Estamos a nos referir ao Estado. Este a instância política-jurídica-administrativa que visa em tese, conciliar desenvolvimento e crescimento econômico.

Daí a importância da escolha e utilização de um método e uma metodologia adequada à pesquisa. Nesta deve predominar a análise processual e não apenas a sucessão de fatos. Deve-se buscar o entendimento da essência do fenômeno e consequentemente o espaço geográfico. Também há de ser destacada a importância de que este método e a metodologia estejam em consonância com os objetivos propostos na pesquisa.

Dito de outra forma ressaltamos que, para pensar a industrialização goiana como produto histórico, deve ser observado não apenas os fatos, mas o processo, ou seja, o modo de produção hegemônico em suas várias fases de expansão e retração. Obviamente que a escolha do método não significa a exclusão. Este indica apenas a abordagem a ser dada à pesquisa.

Segundo Filho (2007) há uma pluralidade de abordagens dentro da geografia. Portanto, não existe uma linearidade ou um "darwinismo científico" e sim um quase "aperfeiçoamento" das contribuições metodológicas anteriores. O autor chega a propor uma abordagem cultural para a Geografia. Acrescenta que o que pode ocorrer é uma coexistência paradigmática com predominância da escolhida a priori. Foge assim da armadilha do pensamento único e do dogmatismo. Assim sendo, o método processual é apenas uma escolha. Não inviabilizará a utilização de outras abordagens desde que tenha afinidade com os propósitos da pesquisa. Pelo exposto, a proposta para o presente estudo está fundamentada na análise do processo de

territorialização do estado de Goiás. Perpassada pelo viés da industrialização, sendo esta a principal categoria utilizada.

2 O discurso do desenvolvimentismo

Desenvolvimento é um termo comumente utilizado para demonstrar bem-estar e riqueza. Essa abordagem é realizada de forma propositalmente equivocada, mascarando a realidade. Através de números estatísticos é vendida a ideia de que a riqueza produzida significa riqueza social. A indústria é concebida como a única possibilidade de realização desse desenvolvimento. É evidente que existem ganhos sociais. Estes se encontram diametralmente opostos à produção de riquezas.

Assim, em nome do dito desenvolvimento, são estabelecidas condições favoráveis à instalação de indústrias em várias partes do mundo. Entretanto, algumas considerações devem ser colocadas. O que é o desenvolvimento? Será a indústria o único caminho para alcançá-lo? Indústria e desenvolvimento são complementares? Pereira (1972, p. 19) argumenta que não é possível falar de desenvolvimentos setoriais. A não ser um mero exercício didático. O autor nos dá uma ideia ou um conceito interessante de desenvolvimento:

> Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trouxer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo resultado de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento. (PEREIRA, 1972, p. 19).

Há uma confusão proposital entre os termos crescimento econômico e desenvolvimento. Enquanto o primeiro pode ser comprovado através dos números estatísticos (PIB, renda per capita...), o segundo (escolaridade, expectativa de vida...) vai requerer maior profundidade de análise. É mais qualitativo. A partir da afirmação, recomenda-se o devido cuidado com a complexidade do termo. Tal se justifica para não se incorrer em análises parciais que produzirão efeitos discutíveis. Muitas vezes contrários aos interesses da maioria da sociedade. Estes termos são utilizados ideologicamente de acordo com as conveniências de quem exerce o poder.

2 Goiás na nova divisão internacional do trabalho

O período escolhido para este estudo não é aleatório. É nossa intenção compreender como o estado de Goiás no contexto da economia mundial contribui para a implantação de vários tipos de indústrias. A inserção do estado na era desenvolvimentista deu-se por uma

política industrial vigorosa e por transformações espaciais decorrentes destas. Ressalta-se que as antigas atividades agropecuárias, agora modernizadas, não foram abandonadas.

A inserção de políticas de inovação das técnicas de produção será determinante para o bom termo do proposto. Hoje pode ser detectada pelo menos uma dezena de cidades goianas que tiveram suas atividades econômicas transformadas pela implantação de indústrias e um número muito maior esperando por elas. Conforme exposto alhures, as atividades agropecuárias mantiveram sua importância no curso do processo de industrialização de Goiás. O estado até meados da década de 1970 era tido como um estado eminentemente rural. Em meio século a população urbana cresceu dez vezes com a taxa de urbanização quase triplicando. Quanto à população rural esta se reduziu pela metade com índice de ocupação menos de dez por cento.

Quadro 1 - Goiás – Evolução da população rural e urbana. 1970 a 2010.

Ano	Urbana	%	Rural	%	Total
1960	541.469	33,3	1.084.907	66,7	1.626.366
1970	1.134.242	46,1	1.325.765	53,9	2.446.007
1980	2.172.965	67,3	1.056.254	32,7	3.229.219
1990	3.241.119	80,8	771.443	19,3	4.012.564
2000	4.391.660	87,9	605.779	12,1	4.996.439
2010	5.420.714	90,3	583.007	9,7	6.003.721

Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 1960,1970, 1980, 1990, 2000, 2010.
Elaboração: Lima, Valdivino Borges (2014).

Os fatores que contribuíram para esta inversão campo/cidade no Brasil e em Goiás se devem segundo vários autores à modernização dos meios de produção e estes chegando à agricultura. Esta ocorre com o uso de inovadoras técnicas e tecnologias agrícolas advindas dos pressupostos da Revolução Verde. Configura- se aí, segundo Gomes (2000), uma Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT). A reestruturação produtiva se estabelece a partir do centro do sistema econômico. Encontra na periferia as condições ideais para a sua reprodução. No Brasil, através da guerra fiscal alcança o estado de Goiás de forma vigorosa. Foi a partir de meados da década de 1970 que o estado passa a experimentar esta novidade. Primeiro com as empresas de exploração mineral e posteriormente outros tipos de indústrias.

A partir do final da década de 1930 o Estado brasileiro sob o comando de Getúlio Vargas estabeleceu uma política nacionalista. O objetivo era ocupar as regiões norte e centro-oeste. Estas eram consideradas até então vazios demográficos do país. O pretexto apresentado foi a

necessidade de evitar a ocupação estrangeira e garantir suas riquezas. A propaganda oficial divulgava a região, e especificamente Goiás, como sendo um paraíso à espera da "civilização".

Civilizar no sentido de "trazer o progresso" para superar o atraso ou simplesmente divulgar o Estado como pertencente ao Brasil. Esta "marcha para o oeste," uma alusão ao que ocorrera na América do Norte, trouxe algumas consequências como o crescimento da população. Aumento da produção agrícola e a criação de cidades, quarenta e nove ao todo. Goiânia, fundada um pouco antes (1933) tornou-se o símbolo da modernidade.

A indústria se torna sinônimo de desenvolvimento estabelecendo um novo paradigma na economia brasileira. Até então o país, predominantemente agroexportador, dependia quase que exclusivamente da importação de bens industrializados. Vargas, para substituir as importações, iniciou o processo de industrialização. Construiu uma vasta rede de infraestrutura e incentivos fiscais. Estes ficaram restritos às regiões Sul e Sudeste do Brasil. Segundo estudiosos da temática, teriam surgido nesse momento, as disparidades regionais ou a divisão territorial do trabalho. A partir de então, haveria, no Brasil, regiões industrializadas e regiões agrícolas. Goiás insere-se na segunda opção.

Posteriormente, em 1960, Juscelino Kubistchek mostra a força e determinação do Estado brasileiro. Inaugura Brasília, a capital do país. Estávamos vivenciando o período máximo da multinacionalização da economia mundial. Juscelino explicita seu empenho para o crescimento do país e por extensão o estado de Goiás. Segundo Arrais (2007) o estado brasileiro mostra sua força. Construir em trinta anos duas capitais do porte de Goiânia e Brasília configura-se investimento para o desiderato.

Neste período, o país havia optado pelo transporte rodoviário como transporte preferencial. A abertura de estradas torna-se um fator importante à integração nacional. Autores como Singer (1977), Piquet (1988) apontam a indústria como grande impulsionador do desenvolvimento econômico. Da evolução urbana e suas redes. Não discordamos dos autores. Porém, uma questão necessita ser colocada. Estaria o desenvolvimento, no sentido *latu,* ocorrendo na mesma proporção? Os avanços sociais nesse processo são inegáveis. Entretanto, são observáveis as consequências trazidas pelo mesmo. Problemas antes vistos apenas nas grandes cidades como moradia, transporte, educação violência passam a fazer parte do cotidiano das pessoas de cidades menores.

Sucessivos governos no Brasil têm utilizado do paradigma da indústria como sinônimo de desenvolvimento e este como solução para os problemas sociais. Configura-se assim uma ideologia importada do centro do sistema econômico internacional. O reforço no discurso dos governantes vem com a onda de desconcentração industrial pós-1980. No Brasil, o fenômeno

ocorre no início da década de 1990. Tais fatos justificam todas as vantagens oferecidas às empresas para que estas instalem no território goiano. Com a justificativa de promoção de emprego e assistência social o Estado, na verdade, favorece a concentração capitalista. Sobram programas sociais assistencialistas (bolsa família, programas de moradia e educação...) que no final se tornam moeda de troca política.

Esta desconcentração industrial ou mundialização do capital não é uniforme. Segundo Chesnais (1998), apesar da amplitude sugerida pelo termo, não é todo o planeta que interessa ao capital e sim partes dele. Principalmente aquelas onde possa ser reproduzido e ampliado. Evidencia-se, dessa forma, a não ubiquidade dos investimentos pelo mundo. Origina-se a chamada "guerra dos lugares". No Brasil, guerra fiscal. Estes investimentos podem ser especulativos ou aplicados na produção. Neste contexto de mundialização econômica, da migração de empresas para a periferia do sistema, Benko (1996, p. 143) afirma que:

> A dinâmica da industrialização capitalista depende da capacidade de adaptação às novas condições de produção, o que inclui as mudanças das relações políticas e sociais. Nesta ótica, as firmas são levadas a se relacionar para constituir novas relações de trabalho. Os novos centros de crescimento oferecem formidáveis oportunidades. (BEK, 1996, p. 143).

Conclui que estes investimentos são canalizados para "os espaços relativamente pouco desenvolvidos".

O capital, na lógica de sua reprodução ampliada, busca novas territorialidades. Estas são encontradas nos chamados países emergentes. Dentre eles o Brasil. Neste sentido o território brasileiro tornou-se alvo da cobiça capitalista e da disputa entre regiões, estados e municípios. Por isso torna-se compreensível o fato de empresas de diversos ramos se instalarem em lugares sem nenhuma tradição industrial, mercado consumidor em potencial, mão de obra qualificada e matéria-prima local.

Se a localização da indústria deixa de ser condição para uma inserção bem sucedida no mercado, a logística surge como elemento diferenciador para que o produto chegue a seu destino. Sobre a localização industrial, oportunidades ou benefícios oferecidos, Kon (1999, p. 158-159) adverte que a definição desta passa por duas etapas distintas e que são observados os aspectos de macro e microlocalização, onde:

> [...] a empresa industrial privada com fins lucrativos determinará as localização industrial com vistas à máxima rentabilidade do capital a ser investido. [...] O papel na intervenção governamental nesta macrolocalização é definido por razões de caráter social (condição de emprego regional), por posições políticas estratégicas (ocupação de regiões de fronteiras ou de vazios

> demográficos) ou outros objetivos de desenvolvimento regional. (KON, 1999, p. 158-159)

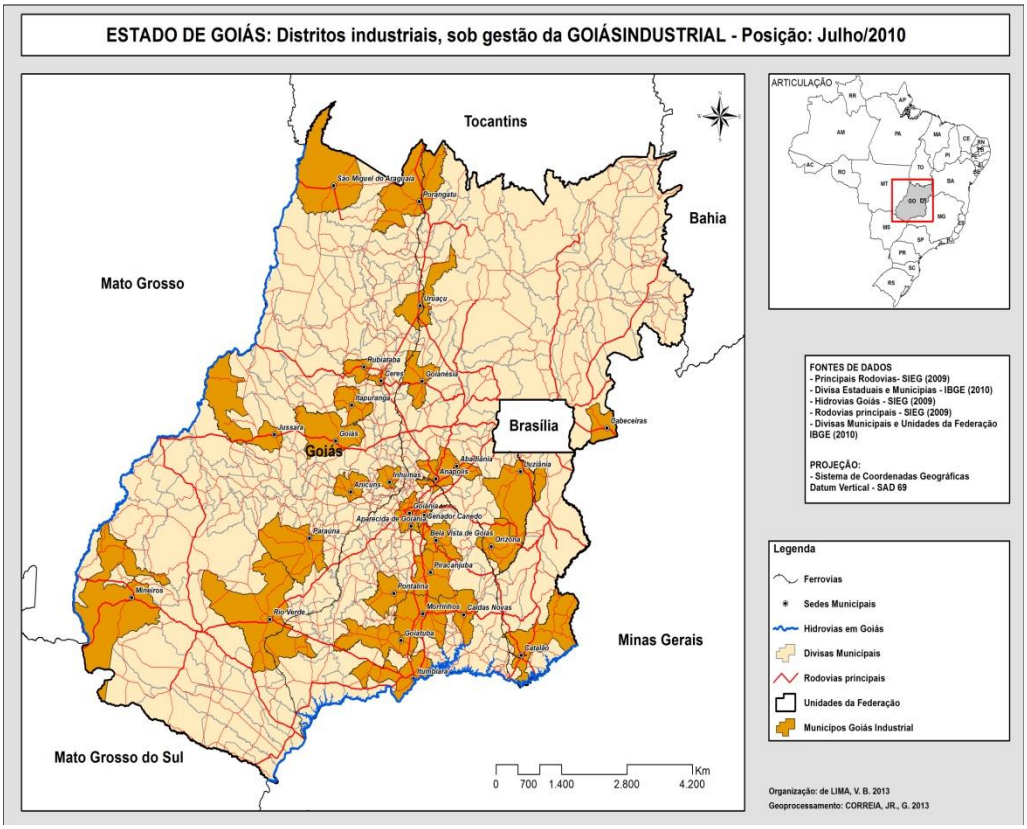
A produção, conforme exposto, não está relacionada ao mercado local ou regional. Encontra-se integrada ao mundo através das redes de comunicações e de distribuição. A mão-de- obra é qualificada no local através de escolas técnicas. Geralmente privadas, como o SENAI. A matéria-prima e as mercadorias são transportadas às grandes distâncias. Modernas redes e meios de transportes invertem completamente as antigas teorias de localização industrial. Santos (2003, p. 25) chama de estratagemas capitalistas para maior acumulação esses fenômenos. Em suas palavras, "a integração do espaço através do transporte é um elemento essencial ao planejamento capitalista". Isto passa a ocorrer sistematicamente no estado de Goiás. Aproveitando da infaestrutura já existente inicia-se um processo de modernização e ampliação das mesmas e criação de programas destinados à industrialização.

3 A industrialização em Goiás

Metaforicamente a "outra marcha para o oeste" à qual nos referimos foi por nós nomeada de "movimento de territorialização capitalista em Goiás pelo viés industrial". Iniciou-se no ano de 1983. Ocorreu concomitante ao referido movimento o processo de redemocratização do país. Este se deu com a chegada ao poder de um grupo político que fora oposição ao regime militar (1964-1982).

As transformações promovidas de início já eram o prenúncio da nova ideologia instalada. Assistimos à construção e ampliação da rede rodoviária. À criação do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização de Goiás (FOMENTAR). Além de programas sociais claramente populistas como moradia, educação. Formando assim a base do crescimento econômico com aura de desenvolvimentismo.

Este grupo permaneceu no poder por dezesseis anos e o máximo que conseguiu foi a criação de vários Distritos Industriais nos diversos municípios goianos. Grande parte destes até hoje sem funcionamento. Embora não tendo alcançado os objetivos esperados, estabeleceu-se com estas ações a base para industrialização. O mapa a seguir demonstra a espacialidade destes no território goiano.



Fonte: IBGE, 2014. Org.: Lima, V. B. 2014.

Posteriormente, em 1999, assume outro grupo político. Em nome da modernização e da modernidade do estado, este grupo passa a investir sistematicamente na industrialização. Num ambiente político e econômico mais propício, é instituído o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR). O Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (FUNPRODUZIR) é criado em substituição ao anterior. Não há grandes diferenças entre as duas propostas, mas muita similaridade entre ambas.

Vale ressaltar aqui o momento de desconcentração industrial pelo qual passava o sistema produtivo internacional e a reestruturação produtiva do capital. A análise comparativa destes dois momentos da história goiana torna-se necessária. Poderá nos proporcionar uma leitura diferenciada dos fatos. Não no sentido de quem fez mais ou menos. Mas o que foi feito e os resultados alcançados tanto nos setores econômicos como sociais e espaciais.

Goiás, como estado economicamente periférico, entra na era industrial sem abandonar atividades básicas praticadas até então na agricultura e na pecuária. Inclusive serão implantadas no estado agroindústrias. Resultará daí uma maior interação campo-cidade. Através destes programas de incentivo à industrialização, o espaço geográfico goiano vai se transformando aos poucos. Pequenas e médias cidades foram refuncionalizadas criando uma nova dinâmica em

sua rede urbana. Sem contar a grande concentração de pessoas e atividades em Goiânia e sua região metropolitana. O mesmo se dá no eixo Goiânia-Anápolis-Brasília.

A guerra fiscal estabelecida no Brasil repetiu-se em Goiás. Foi marcada por uma disputa insana. Esta foi protagonizada pelos municípios que buscavam a todo custo a instalação das indústrias em seu território. Alguns foram privilegiados por fatores como localização, infraestrutura, população. De modo que o mapa industrial de Goiás se apresenta bastante diversificado e disperso. A única exceção feita é indústria mineral que, pela rigidez locacional (SCLIAR, 1996) encontra-se distribuída desde o norte, Minaçu, Niquelândia, Barro Alto, passando no noroeste por Crixás e Faina, finalizando ao sul em Catalão e Ouvidor. Ressaltamos que a indústria mineral independente da localização ou fatores outros; é instalada onde há ocorrência de minérios economicamente viáveis.

4 Considerações finais

O estado de Goiás é hoje um dos quatro gigantes na produção mineral do Brasil. Isto canalizou uma gama enorme de investimentos ao estado. De forma sucinta, podemos afirmar que a diversidade industrial goiana se encontra divida em cinco eixos. Alimentícia em Goiânia, Aparecida de Goiânia e Itumbiara. Agroindústria na região sudoeste com destaque para Rio Verde Jataí, Mineiros, Santa Helena e Quirinópolis. Automobilística e implementos agrícolas em Catalão. O complexo industrial em Anápolis complementa o quinto eixo, com ênfase à indústria farmacêutica dentre outros.

Os sucessivos governos, em todos os níveis, têm fomentado e fortalecido esta setorialização. Pelas realizações até aqui implementadas parece-nos difícil a quebra ou mesmo a discussão deste paradigma. A grandiosidade dos números estatísticos é um fator que impressiona e dificulta a compreensão dos mesmos passando a falsa impressão de sucesso. O trabalhador, pela falta de formação ou informação, incorpora este discurso. Defende-o em nome do emprego, limitando sobremaneira as possíveis reivindicações inerentes à relação capital/trabalho. A reestruturação produtiva impôs a estes novos trabalhadores padrões de comportamento e novas corporeidades o que dificulta a compreensão do fato e a luta por melhorias trabalhistas. As grandes empresas passam a ser sinônimo de possibilidade de sucesso.

Quanto às políticas públicas, estas se resumem em incentivos fiscais, isenção de impostos. Implementação de infraestrutura necessária em nome da geração de empregos, bem-estar da população e redução das desigualdades regionais. A política oficial de escusar a receita, ICMS, resolve em grande parte as desigualdades econômicas e não sociais. Conduzem a

conclusões equivocadas acerca da realidade. É como se a resolução das primeiras estivesse intrínseca às segundas.

Este é um ponto crucial para o entendimento da formação socioespacial através dos números e em nome de uma ideologia política. Estes podem trazer resultados grandiosos, mas mascaram o quantitativo referente aos problemas sociais. Portanto, configura-se esta uma visão unilateral. Compromete profundamente as políticas e possibilidades que visam à resolução dos problemas sociais.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu A. **A região como arena política**: um estudo sobre a produção da região urbana centro- goiano. Goiânia: Vieira, 2007.

BARREIRA, Celene C. M. A. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2004.

BARREIRA, Celene C. M. A. **Vão do Paranã**: a estruturação de uma região. Brasília: Ministério da Integração Nacional, UFG, 2002.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização, na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização, na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BORGES, Barsanulfo. G: **Goiás nos quadros da economia nacional**: 1930-1960. Goiânia: UFG, 2000.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento no Brasil**: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARLOS, Ana F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CHAVEIRO, Eguimar F. **Goiânia**: travessias sociais e paisagens cindidas. Goiânia: UCG, 2007.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foa. São Paulo: Xamã, 1998.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: Castro, I. E. et al. (Org.). Geografia: Conceitos e Teamas.

DEUS, João B. de. **A urbanização em Goiás** - o caso de Catalão - GO. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências Humanas, USP, 1996.

FILHO, Osvaldo B. A. A pluralidade da geografia e a necessidade das abordagens culturais. In: **Da percepção à representação**: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanista. Curitiba: UFPR, 2006.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

GOMES, Horieste; NETO, Antonio T. **Geografia**: Goiás/Tocantins. Goiânia: CEGRAF, UFG, 1993.

HARVEY, David. As transformações políticas e econômicas do capitalismo no final do século XX. In: **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2002.

KON, Anita. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

LIMA, Valdivino. B. **Os caminhos da urbanização/mineração em Goiás**. O estudo de Catalão - GO. (1970-2000). Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

LUCA, T. R. **Indústria e trabalho na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

MOREIRA, Ruy. (Org.). **Geografia**: Teoria e Crítica. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

PEREIRA, A. C. M. M. O **Estado Novo e a Marcha para o Oeste**. História Revista, UFG, 1997.

PEREIRA. Luiz C. B. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: 1930-1986. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PIQUET, Roselia. **Cidade-empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RODRIGUES, Maria L. E: **Produção do espaço e expansão industrial**. São Paulo: Loyola1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço-técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Milton. **Teoria e Debate**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, n. 40 ano 1999.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1977.

SPÓSITO, Maria E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1989.